

Crianças em Risco Social nas Notícias: O olhar da imprensa cabo-verdiana.

Children in Social Risk in the News: The look of the Cape Verdean press.

Manuel Menezes*

Ana Amílcar **

RESUMO

O objetivo da presente investigação passa por compreender o modo como a imprensa cabo-verdiana tem vindo a abordar a temática das crianças em risco social, com o intuito de perceber como o tratamento jornalístico dessas problemáticas (ao contribuir para a formação de imagens, representações sobre os assuntos em pauta) pode influenciar – positiva ou negativamente – a sua inclusão no debate público e um, conseqüente, reconhecimento social facilitador da conceção/implementação de políticas sociais protetoras/promotoras do bem-estar das crianças. Como objeto de estudo elegeu-se o jornal *A Semana*, procedendo-se a um levantamento de todas as peças jornalísticas do ano de 2014 cujo foco remetia para as crianças dos 0 aos 18 anos envolvidas em ocorrências e problemáticas em que a vida da criança ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e emocional fossem colocados em risco. Para a recolha e sistematização da informação (posteriormente sujeita a análise de conteúdo), elaborou-se um mapa conceptual centrado em 4 dimensões: (i) caracterização das crianças, (ii) tipificação dos riscos, (iii) fontes de informação e (iv) discurso jornalístico – que serviu, também, de instrumento para a análise de conteúdo de cada peça jornalística. Os principais resultados mostram que a criança cabo-verdiana em risco social é um tema recorrente na imprensa, no entanto, há um tratamento privado e individual das problemáticas que as afetam; os enquadramentos seguem uma ótica de exposição de factos, em detrimento da denúncia da situação e busca de soluções. Não há variedade de fontes de informação, nem contraste das suas opiniões. O discurso noticioso não é sensacionalista, mas não se compromete com as premissas da CDC. Conclui-se que a inclusão das problemáticas que afetam as crianças cabo-verdianas no debate público não privilegia uma cobertura contextualizada e esclarecedora destas questões e em prol dos seus direitos.

Palavras-chave: Crianças; Risco Social; Discurso Jornalístico; Fontes de Informação.

* Instituto Superior Miguel Torga, Portugal. E-mail: manuel.d.menezes@gmail.com

** Instituto Superior Miguel Torga, Portugal. E-mail: ranaamilcar@gmail.com

ABSTRACT

The aim of this research is to understand how the Cape Verdean press have been addressing the issue of children in social risk, with the aim to know how the journalistic treatment of these issues (by contributing to formation of images, representations of items on the agenda) can influence – positively or negatively – his inclusion in the public debate and, consequently, a social recognition that facilitate the conception/implementation of social policies that protect, promote the welfare of children. The object of study was the newspaper *A Semana*. We analyzed all the news of 2014 focused on children from 0 to 18 years associated with problems in the child's life or where their physical, mental and emotional development and well-being were put at risk. For the collection and systematization of data (later subjected to qualitative analysis), we elaborated a conceptual map centered on four dimensions: (i) characterization of children, (ii) classification of risks, (iii) information sources and (iv) journalistic discourse. The main results show that the Cape Verdean children at social risk is a recurring theme in the press, however, there is a private and individual treatment of the issues that affect them; the news frame follow a mere description of the facts, at the expense of exposing the situation and search for solutions. There are no variety of information sources or contrast of their viewpoints. The news discourse is not sensationalist, but isn't committed to the premises of the CRC. We conclude that the inclusion of issues affecting the Cape Verdean children in the public debate does not favor a contextualized and insightful coverage of these issues and to promote their rights.

Keywords: Children; Social Risk; Journalistic Discourse; Information Sources.

Received on: 2016.01.05

Approved on: 2016.06.03

Evaluated by a double blind review system

1. INTRODUÇÃO

Atendendo à natureza desta investigação, e pela necessidade de se ter uma leitura dinâmica da realidade social, articulamos metodologias quantitativas com outras de carácter mais qualitativo. Elegendo como objeto de estudo o Jornal *A Semana*¹, procedeu-se a um levantamento de todas as peças jornalísticas do ano de 2014 cujo foco remetia para as crianças dos 0 aos 18 anos envolvidas em ocorrências e problemáticas que colocassem em risco as suas vidas e/ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e emocional.

Num primeiro momento deste artigo procede-se a uma revisão da literatura, procurando explicar algumas exegeses sobre a importância do papel dos media na informação e

¹ A opção justifica-se pelo facto de ser um meio de comunicação de referência em Cabo Verde. O Jornal *A Semana* é um semanário independente de distribuição nacional e na diáspora (França, Holanda e Luxemburgo), encontrando-se, também, disponível online.

sensibilização da comunidade para os problemas sociais que afetam as crianças, através da visibilidade dada a este grupo social e às suas problemáticas, até então, não objeto de notícias. Num segundo momento, descreve-se mais em detalhe a metodologia seguida e no final dar-se-á conta dos resultados obtidos com o intuito de evidenciar como em Cabo Verde a imprensa tem vindo a tecer a construção das crianças em risco.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 As crianças em situação de risco social e o debate público em Cabo Verde

Ao nos debruçarmos sobre a temática das crianças em situação de risco social, interessa numa primeira aproximação tecer alguns considerandos sobre a população-alvo do estudo. As crianças cabo-verdianas representavam, de acordo com os censos de 2010, 39% da população. Apesar de na última década do séc. XX as transformações económicas e sociais terem contribuído para a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar, segundo o relatório «*Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde*» (UNICEF, 2011), 42,1% da população pobre era constituída por crianças abaixo dos 15 anos². Na esfera da educação têm vindo a ser criadas infraestruturas, sendo garantido o acesso ao ensino básico a todas as crianças, mas, devido a fatores sociodemográficos assiste-se a um abandono significativo da escola antes do término da escolaridade obrigatória (8.º ano) (CNDHC, 2010). Ao nível da saúde a mortalidade infantil e perinatal tem vindo a diminuir³. Apesar dos avanços conseguidos a nível nutricional, no seu relatório de 2011, a UNICEF aconselha que a desnutrição crónica deve ser considerada como uma prioridade na segurança alimentar e nutricional das crianças cabo-verdianas.

No que à proteção da criança diz respeito, dados relativos a 2010 revelam, igualmente, um quadro problemático a tomar em consideração. Em Cabo Verde o fenómeno das crianças sem registo de nascimento ou registadas somente por um dos progenitores

²² Este contexto para além de revelar a não realização (privação) dos direitos elementares, evidencia a existência no país de uma série de desigualdades e iniquidades, que se refletem nos indicadores socioeconómico. Com base em algumas variáveis (idade, género, modelo de família, local de residência – urbano, rural e periurbano) os mais excluídos em Cabo Verde eram: (i) as crianças de famílias chefiadas por mulheres pobres do meio rural; as (ii) as crianças em situação de rua; (iii) as crianças que estão fora do sistema de ensino; (iv) as crianças que vivem em famílias pobres, com precárias condições de saneamento, água e acesso a serviços de qualidade (UNICEF, 2011).

³ Estes avanços decorrem da oferta gratuita de vários serviços por intermédio dos quais é assegurado o atendimento pré-natal e o acompanhamento médico às crianças após o nascimento (CNDHC, 2010: 72). Porém, é de assinalar a necessidade de uma intervenção estratégica nos sectores sociais (educação, saúde, nutrição, abastecimento de água e saneamento) para promover a mudança de comportamentos, atitudes e práticas ao nível familiar e na oferta de serviços (Anjos et al, 2009: 28).

(normalmente a mãe – indiciando a desresponsabilização do poder paternal) assume uma dimensão importante. Os censos de 2010 estimavam a existência de 39% de crianças não registadas. Paralelamente, tem-se constatado o aumento do abandono de crianças por parte dos pais, principalmente nos meios urbanos (CNDHC, 2010). Comprovativo dessa situação é o aumento significativo de acolhimento de crianças vítimas de maus tratos, abandono e negligência registados nos Centros de Emergência Infantil da cidade da Praia e do Mindelo⁴.

Quanto ao abuso sexual de crianças, este assume particular gravidade tendo-se vindo a assistir a um aumento de denúncias destas situações⁵. Não obstante isso, encontramos perante um fenómeno complexo e de difícil resolução, visto em alguns aglomerados populacionais ser relativamente naturalizado. Isto é, encontramos-nos face a uma tendência marcante do encobrimento de casos por parte dos pais, encarregados de educação e comunidade em geral, «o que tem remetido o drama da violência sexual de crianças ao estrito campo de mecanismos de regulação informalmente mediados, ao secretismo do lar e a consensos e entendimentos logrados através de negociatas» (CNDHC, 2010: 79).

A problemática da criança em situação de rua⁶ começou a ganhar visibilidade em Cabo Verde nos inícios dos anos 90 passando, a partir de 1996, a ser considerada oficialmente um problema social. Dedicando-se ao comércio ambulante, lavagem de carros e à mendicância, de acordo com Bordonaro et al (2011), entre as principais razões que levaram estas crianças a romper em definitivo com os laços familiares podemos apontar a: (i) precaridade socioeconómica; (ii) irresponsabilidade masculina na paternidade; (iii) violência doméstica.

⁴ Ao referido deve ser acrescentado o facto de muitas crianças cabo-verdianas sobretudo as dos bairros periféricos dos principais centros urbanos, continuarem a viver num quadro de extrema vulnerabilidade individual e social. Por sua vez, nos meios rurais e nas periferias urbanas, encontramos um número não negligenciável de crianças que estão sob a guarda de familiares e não dos pais. Apesar de essa situação não consubstanciar um efetivo abandono, configura uma forma de negação dos direitos das crianças à convivência efetiva com os progenitores.

⁵ Quanto à exploração sexual infantil os dados revelam uma alta concentração de vítimas nos municípios da Praia, Santa Catarina de Santiago e Fogo. Muitas destas situações não são publicitadas/denunciadas devido ao medo de represálias ou estigma social. Quando o são, em muitas situações (sobretudo quando o agressor tem uma relação de parentesco/vizinhança com a vítima), a denúncia é feita muito tempo após a ocorrência do crime (por vezes reiterado ao longo do tempo). Mais preocupante, e revelador das consequências negativas de experiências de pobreza extrema, é o facto de situações serem encobertas pelas famílias, aceites socialmente e/ou mesmo incentivadas com a esperança de «se conseguir uma união conjugal com pessoas com recursos financeiros ou com algum nível de capital social, particularmente os emigrantes e os proprietários» (CNDHC, 2010: 82).

⁶ Fenómeno potenciado pelas crianças que acompanham as mães rabidantes, i.e., mulheres cujo sustento é obtido por via da economia informal (Bordonaro et al, 2011).

Não descurando os dados apresentados, interessa sinalizar que, apesar de, por um lado, o Governo assumir explicitamente o investimento nas crianças como um sinal de progresso e do qual o futuro da Nação depende e, por outro, dos avanços na implementação de políticas sociais setoriais, em Cabo Verde ainda não se pode falar (quicá por falta de recursos) na existência de uma política específica e integrada de proteção à infância.

No que ao debate público sobre estas questões diz respeito, interessa assinalar que em Cabo Verde, relativamente à proteção da infância tem vindo a predominar um discurso onde a problemática das crianças em situação de risco social é associada à desestruturação dos laços familiares, ou seja, não só os políticos, mas também, «a imprensa e o público em geral interpretam o problema das crianças pobres como uma evidência da crise da família» (Bordonaro et al, 2011: 133). Sabendo que a família monoparental se consubstancia como a organização doméstica mais antiga e frequente do país, pensamos ser simplista estabelecer uma ligação estrita entre essas duas dimensões. Mais ainda, esse tipo de leitura, evidenciando uma apreensão dos problemas sociais em termos morais e de conduta individual, acaba por os manter fora da agenda pública⁷. Quer dizer, muitas das problemáticas que afetam as crianças ao serem apreendidas como questões que dizem respeito à esfera privada, não são problematizadas e debatidas publicamente, acabando por não se consubstanciar como prioridades a serem enfrentadas pelas políticas públicas.

Destarte, não obstante alguns avanços recentes, é fundamental dar mais um passo no sentido do reforço da construção da infância em risco enquanto categoria de intervenção social, pois, só por intermédio do aprofundamento do debate conexo com essas problemáticas será possível «estabelecer as suas causas, determinar responsabilidades, definir o domínio legítimo das competências das quais decorre o tratamento e a solução do problema, e identificar as instituições ou os poderes públicos a quem incumbe resolvê-las» (Lança, 2000: 118).

Como é lógico, em todo o processo de transmutação de questões associadas à esfera privada em problemáticas públicas com as quais a sociedade como um todo se deve preocupar, os media podem/devem assumir um papel de extrema importância, visto

⁷ Este tipo de representações dificultam, no fundo, uma ação política face aos mesmos, pois, tal como nos alerta Ferrán Casas (1998: 73). ao serem equacionados «como questões do foro individual. Estes problemas são entendidos como alheios; não apelam a uma responsabilidade coletiva, nem são do interesse da generalidade da sociedade, em consequência, a pressão pública sobre as instâncias políticas e de governo, no sentido de investimento dos recursos necessários à solução desses problemas, tem-se revelado débil e ineficaz» .

estarmos cientes de que «a forma como os meios de comunicação social tratam as questões de infância e da juventude influencia o debate público sobre crianças e jovens e, conseqüentemente, a implementação de políticas para os beneficiar e de leis para os proteger» (Ponte et al, 2009: 9).

2.2 Importância dos media para o debate, problematização e defesa dos direitos das crianças

Não descurando o até agora referido, facilmente aceitamos que «nas sociedades modernas, os media ocupam um lugar de destaque na definição das questões que serão socialmente problematizadas» (Joel Best apud Mariano, 2014: 1). Quer dizer, os media ao se consubstanciarem como espaços fundamentais de visibilidade acabam por contribuir para a consciencialização social das problemáticas experienciadas pelas crianças⁸. Deste modo, revela-se fundamental que as notícias sobre as crianças e as problemáticas que as afetam suscitem uma chamada da atenção pública na perspetiva de proteção e promoção dos seus direitos. É este aliás o entendimento da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), que num dos seus princípios advoga a necessidade de as organizações dos media considerarem a violação dos direitos das crianças e as questões conexas com a sua segurança, privacidade, educação, saúde, bem-estar social e todas as formas de exploração das crianças, como questões importantes a serem investigadas e debatidas publicamente (McIntyre, 2002).

Seguindo este raciocínio podemos, então, salientar alguns dos compromissos que os meios de comunicação social devem ter para com os direitos das crianças, designadamente: (i) monitorizar abusos e progressos na implementação dos direitos previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC); (ii) respeitar a integridade das crianças no discurso mediático; (iii) construir a imagem das crianças de acordo com os princípios estabelecidos pela Convenção; (iv) promover a participação das crianças nos *media*; (v) disseminar informações sobre a CDC; (vi) produzir programas e materiais de conteúdo educativo e valor cultural sobre elas ou direcionados a elas e (vii) protegê-las de influências ofensivas (Thomas Hammarberg & John Tobin apud Marôpo, 2011-a: 85).

⁸ Segundo Marôpo (2011-a) o jornalismo tem contribuído para denunciar problemas como maus-tratos, abuso sexual, transformando questões anteriormente associadas ao âmbito privado em temas de debate público; sobre este aspeto pode-se cf. também Carvalho et al (2009).

Destarte, estamos cientes, por um lado, da capacidade detida pelos media para suscitar e focalizar a atenção pública, configurar discursivamente os problemas sociais e, por outro, da sua vocação para intervir socialmente provocando dessa forma impactos efetivos tanto ao nível social como político. No fundo, pode-se afirmar que a legitimação social das imagens partilhadas sobre os fenómenos sociais reveste-se de especial importância, na medida em que é um fator fortemente explicativo das suas dinâmicas.

Avançando mais um pouco, verifica-se que a influência dos media sobre o público é significativa na medida em que, na maioria das vezes, acaba por definir a agenda social e governamental⁹. Por outras palavras, «os meios de comunicação têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objeto de debate público em cada momento», ou seja, «quanto maior é a ênfase dos media sobre um tema e quanto mais continuada é a abordagem desse tema, maior é a importância que o público lhe atribui na sua agenda» (Sousa, 2006: 501).

Logo, revela-se de extrema importância darmos atenção à sua cobertura, não só para a identificação das suas tendências e enquadramentos, mas, também, para a perceção de quais «vozes» são (ou não) incluídas tendo em vista o seu contributo para o debate conexo com as problemáticas que afetam as crianças. Explicitando, não descurando que as notícias não somente nos dizem o que pensar, mas, também, influenciam o modo como pensar determinado assunto, devemos estar cientes de que a maneira como se constroem e representam os problemas sociais da infância irá condicionar as ideias, representações construídas pelos públicos sobre as formas apropriadas para solucionar cada problema (Casas, 2010). Entende-se, por isso, pertinente a aproximação às ideias dominantes nas sociedades sobre as crianças em situação de risco. Com efeito, é necessário conhecer como os media tratam as questões da infância e, em que medida, transportam para o debate público uma cobertura contextualizada e esclarecedora destas questões.

⁹ É neste sentido que deve ser entendido o ponto de vista de Bernard Cohen que, já em 1963, afirmava «que a comunicação social «(...) pode não ter frequentemente êxito em dizer às pessoas **o que** têm de pensar, mas surpreendentemente tem êxito ao dizer às pessoas **sobre** o que devem pensar» (Sousa, 2006: 501; Wolf, 1985: 130). Esta leitura enquadra a denominada teoria do agendamento ou agenda setting, segundo a qual «em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas» (McCombs & Donald Shaw, apud Canela, 2001: 112).

2.2.1 As fontes de informação e o enquadramento noticioso

Para melhor compreendermos o papel dos meios de comunicação social enquanto formadores de opinião teremos, então, de tomar em consideração duas dimensões, nomeadamente as fontes de informação utilizadas e o enquadramento noticioso (news frame) que é feito dos factos. Quanto à primeira dimensão, não obstante os jornalistas deterem o poder de agendamento, ao longo do processo são influenciados pelas suas fontes. Deste modo, o cruzamento dos discursos dos jornalistas com as fontes, «permite-nos uma perceção mais ampla sobre o agendamento e enquadramento das problemáticas que afetam as crianças e auxilia-nos a pensar sobre o modo como o discurso noticioso reflete (ou não) um reconhecimento dessas situações sociais como um problema social» (Marôpo, 2011-a: 86). A influência anteriormente referida, volve-se problemática quando o recurso às fontes se sustenta no que, Dijk et al, denominam de elite simbólica que tem acesso ao discurso público e que, de certa forma, controla o discurso dominante na sociedade (apud Veronice Mastella et al, 2013: 4)¹⁰. Por outras palavras, os discursos noticiosos sustentados somente na opinião de uma elite (normalmente detentora do exercício do poder) acabam por produzir construções sociais complexas, porquanto, ao apresentarem uma visão parcial ou tendenciosa da experiência, tendem a destacar determinados temas, preterindo, ofuscando ou ignorando outros tantos. Com o intuito de minorar esta situação podemos socorrer-nos de alguns padrões aventados por Josenildo Guerra no sentido de garantir a qualidade e credibilidade da produção jornalística, ou seja, «as fontes de informação acionados pelos jornalistas são um indicador fundamental da qualidade da cobertura, quando considerados dois aspetos: moral - o respeito à pluralidade de ponto de vista, e cognitivo – a diversidade de pontos de vista amplia a perceção e análise dos problemas» (2004: 2).

No concernente à segunda dimensão, a mesma salienta o facto de as notícias, para além de serem seleccionadas, serem construídas. A noção de enquadramento ou framing, originalmente formulada por Erving Goffman nos anos 70, permite-nos compreender o modo como o jornalista define um tema, como ele o interpreta, quer dizer, consubstancia-se como uma «estrutura profunda que contém instruções para decifrarmos uma situação» (Maria Silveirinha apud Carvalheiro, 2007: 218). Seguindo este raciocínio, pode-se, então afirmar que o mesmo, para além de realçar os aspetos

¹⁰ De acordo com Filipe Pena essa elite enquadra as fontes oficiais/institucionais, os «definidores primários» procurados em primeira mão pelos jornalistas (apud Veronice Mastella, 2013: 4). No nosso caso, considerámos como fontes oficiais todo e qualquer indivíduo que, em função do cargo desempenhado, se pronuncia em nome dos órgãos estatais.

considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados, destaca a participação do jornalista enquanto ator na construção social da realidade. Dito de outra forma, a promoção de enquadramentos por parte dos profissionais dos meios de comunicação social, mostra como, no processo de produção jornalística, os acontecimentos podem ser apresentados sob a forma de narrativas que não refletem apenas a realidade, mas uma perspectiva particular dessa mesma realidade, i.e., a visão do mundo do jornalista.

Ao buscarmos estabelecer uma interconexão entre o enquadramento noticioso e o nosso objeto de estudo, verifica-se que as narrativas veiculadas pelos media podem, como já referimos, contribuir não só para que as problemáticas vivenciadas pelas crianças sejam debatidas na esfera pública, mas, também, constituir-se como instrumentos de pressão para a implementação de políticas sociais visando a sua proteção. Diversos estudos têm vindo a reconhecer a crescente representação mediática das crianças e das suas problemáticas nas últimas décadas (Marôpo, 2009; Ponte et al, 2009; Martins, 2011). Essa dimensão positiva não invalida, no entanto, a necessidade de uma perspectiva crítica, porquanto, «apenas raramente estas notícias enquadram as questões numa perspectiva de direitos» (Marôpo, 2011-b: 145). Predomina, isso sim, um tratamentos privado e individual dos problemas que afetam as crianças, bem como, enquadramentos sentimentalistas e sensacionalistas, por contraposição à escassez de enquadramentos que privilegiem a perspectiva dos diretos, monitorização de políticas públicas para a infância, responsabilização dos governos, debate diversificado sobre causas e soluções para os problemas denunciados, menção à CDC e leis nacionais (Marôpo, 2011-a)¹¹.

Destarte, não obstante o importante papel dos media na informação e sensibilização da sociedade para os problemas sociais que afetam as crianças, os seus enquadramentos podem comprometer o seu reconhecimento social e, conseqüentemente, o debate e a pressão pública para a implementação de políticas sociais e leis para as proteger. Logo, melhorar os enquadramentos noticiosos sobre as crianças e os problemas que as afetam é fundamental para sensibilizar o reconhecimento público dos mesmos e a promoção de

¹¹ Partilhando desta perspectiva crítica, Ponte et al (2009: 42-44) destacam algumas questões a serem repensadas, nomeadamente: (i) temas tais como os maus tratos físicos e a delinquência juvenil apresentam contornos de espetacularização, com derrapagens deontológicas associadas; (ii) não há alargamento da agenda das notícias na perspectiva das políticas de infância, nem dos olhares sobre a globalização e os seus impactos, o foco é na singularidade; (iii) maior atenção aos anúncios de medidas governamentais e à sua contestação no momento, do que uma avaliação e acompanhamento do seu impacto posterior; (iv) os direitos da criança à proteção tem maior visibilidade, associado à imagem da inocência e fragilidade, por contraposição a uma menor atenção ao direito a ser provido de recursos e de condições; (v) ausência na agenda de notícias dos direitos de participação.

uma cultura favorável à criança¹². O desafio passa por informar com qualidade devendo os jornalistas ser incentivados a desenvolver uma cobertura adequada «em alternativa à mera denúncia de factos» (Ponte, 2006: 9). De acordo com a ANDI (2005) é fundamental que o leitor entenda melhor o contexto do problema em questão, assim, a apresentação das estatísticas e das causas contribuem para esta compreensão¹³. A solução para os problemas sociais está, em maior ou menor grau, dependente da adoção de políticas públicas, por isso a sua discussão é central. Por outro lado, a pluralidade das fontes é uma das formas de diversificar as discussões sobre o tema.

Neste âmbito cabe destacar o documento da FIJ – «*Putting Children in the Right...*», cujo objetivo passa por instituir padrões éticos para o jornalismo no tratamento de temas que envolvam crianças. Este guia propõe aos jornalistas: respeito pela privacidade das crianças¹⁴; proteção das suas identidades; obrigação de verificar informação antes de publicação; a necessidade de considerar as consequências da publicação e de minimizar prejuízos para as crianças; evitar apresentações sensacionalistas ou estereotipadas; o acesso das crianças aos media para expressarem as suas opiniões; maior contextualização económica e social das questões da infância e fazer recomendações para promover a consciencialização sobre os direitos das crianças (McIntyre, 2002).

Em suma, as recomendações plasmadas em distintos documentos, bem como as propostas defendidas pelos diferentes autores, fundando-se num ideal de «*responsabilidade social dos jornalistas*», apelam no seu conjunto a um reforço da importância do papel dos media na defesa dos direitos e proteção das crianças por

¹² Nesta ótica, desde a década de 90, a UNICEF, a FIJ e Organizações Não Governamentais (podendo-se destacar a ChildWatch, Save the Children, ANDI, entre outras) têm realizado encontros de reflexão com os jornalistas, atribuindo prémios de incentivo aos jornalistas que fazem enquadramentos em prol dos direitos das crianças, e produzindo várias diretrizes internacionais para auxiliar os jornalistas na cobertura noticiosa sobre os direitos das crianças.

¹³ O contributo de Canela (2009: 42-44) revela-se fundamental neste ponto. Apresenta um conjunto de ideias a serem tomadas em consideração para um tratamento editorial de qualidade dos direitos humanos em geral e dos direitos das crianças em específico: (i) dos casos individuais à política pública – «a cobertura das temáticas da infância [...] tende a se concentrar em casos individualizados. Isso contribui pouco para o agendamento, contextualização e controle social, portanto, esta aquém das funções [...] de um jornalismo de qualidade»; (ii) avaliação e monitorização das políticas – «a cobertura de uma política pública não se pode resumir ao tratamento editorial [...] do anúncio do seu lançamento. Os jornalistas devem estar sobretudo, atentos ao que acontece com uma determinada política após o seu anúncio pelas autoridades competentes»; (iii) desenvolvimento humano, direitos humanos, pobreza, desigualdade e diversidade – «não é possível falar dos direitos de crianças sem se estabelecer os vínculos com outros problemas que causam, perpetuam e alimentam a violação dos seus direitos»; (iv) denúncias e busca de soluções – as denúncias de violações dos direitos são uma parte fundamental do trabalho dos jornalistas, «contudo, é preciso ir mais além, deve-se discutir e debater as soluções que vêm sendo alinhavadas por diferentes atores sociais para fomentar os direitos das crianças» .

¹⁴ O respeito pela privacidade e preservação da identidade, são questões centrais na proteção e defesa dos direitos das crianças nos media (Marôpo, 2011-a).

intermédio do «dever de identificar falhas e aspetos positivos no campo dos Direitos Humanos», mediada por um «jornalismo ético» que procure «a verdade independentemente de interesses obscuros» e que alie uma «sensibilidade às consequências da publicação» (Ponte, 2005: 9).

3. METODOLOGIA

Procurou-se, por um lado, compreender de que forma os jornalistas e as fontes de informação, ao abordarem as problemáticas das crianças, têm vindo a contribuir (ou não) para a inclusão dessas questões no debate público. Por outro lado, ao analisarmos as peças que envolviam crianças em risco social¹⁵, procurou-se perceber se o tratamento dado às mesmas cobria a multidimensionalidade do fenómeno. Para além de procurarmos construir um perfil das crianças-alvo das notícias, foi, igualmente, nossa intenção perceber como os diferentes atores envolvidos na notícia construíam o discurso sobre as crianças em situação de risco social e se o mesmo contribuía (ou não) para uma cobertura contextualizada da problemática em análise.

Com o intuito de proceder à análise de conteúdo, num momento prévio à recolha de informação elaborámos um mapa conceptual onde foram explicitadas 4 dimensões de análise, designadamente (i) caracterização das crianças¹⁶, (ii) tipificação dos riscos¹⁷, (iii) fontes de informação¹⁸ e (iv) discurso jornalístico¹⁹, bem como as respetivas variáveis e indicadores que iriam servir de guia à pesquisa. Para a recolha de informação foi construída uma grelha de análise onde foi feito o preenchimento de cada peça jornalística considerada pertinente para a investigação. Posteriormente, procedeu-se ao tratamento quantitativo e qualitativo²⁰ da informação recolhida. Num primeiro momento, realizámos uma pré-análise onde, tomando por base os diferentes formatos de notícia do jornal, efetuamos uma subdivisão do material em três grupos: (i) carácter informativo (social, reportagem, entrevista, atualidade, entre outros); (ii) artigos de opinião (direito

¹⁵ Entendido aqui, de modo sinótico, como remetendo para todas as «situações em que se verifica uma ameaça ou violação dos direitos da criança colocando em risco a sua segurança, educação, formação ou desenvolvimento» (Ponte et al, 2009: 32).

¹⁶ Variáveis: sexo, idade, residência, classe social, tipo de família, contexto de ocorrência do risco, adulto causador do risco.

¹⁷ Variáveis: abandono familiar, abuso sexual, criança em situação de rua, comportamento delinvente, maus-tratos (físicos, emocionais), negligência (física, emocional), pobreza/exclusão, trabalho infantil, vítimas de catástrofes naturais.

¹⁸ Variáveis: fontes oficiais, fontes não oficiais/sociedade civil, classificação do número de fontes.

¹⁹ Variáveis: opinião das fontes, ótica investigativa, contextualização, opinião da criança vítima.

²⁰ Tomando em consideração, no primeiro caso, a frequência do aparecimento de certas características de conteúdo ou de correlação entre elas e, no segundo, a presença ou ausência de características, ou o modo segundo o qual os elementos do «discurso» estão articulados uns com os outros (Quivy et al, 1998: 227).

de resposta e ponto de vista); (iii) outros temas/formatos. De seguida, concretizou-se a exploração do material recolhido e organizado de acordo com a sua pertinência na grelha de análise. Por fim, procedeu-se à codificação de toda a informação e introdução da mesma no SPSS visando o tratamento, inferência e interpretação da mesma.

Quanto à informação recolhida, é de salientar que, após a análise das 43 edições do jornal em 2014, encontramos 52 peças cuja temática versava sobre as crianças. Destas, 28 eram de carácter informativo (inclusas nas secções Reportagem, Social e Atualidades) versando sobre ocorrências/problemáticas em que as vidas das crianças ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico ou emocional eram colocados em risco; 12 eram artigos de opinião (Direito de resposta e Ponto de vista) conexos com a temática em análise, e as restantes 12 abordavam questões interligadas com outras áreas.

Relativamente à população do nosso estudo, interessa referir sinopticamente que a mesma representava, em 2010, 39% da população de Cabo Verde, residindo, a sua maioria (58%), em meio urbano; 42,1% da população pobre era constituída por menores de 15 anos com vidas marcadas por privações de várias ordens; possuíam baixos índices de escolaridade e uma elevada taxa de abandono escolar; ao nível da saúde, não obstante se ter verificado uma diminuição da mortalidade infantil, ainda subsistem problemas de desnutrição crónica; para além de uma elevada percentagem de crianças não registadas, deve ser referido que nos últimos anos se tem vindo a assistir a um aumento do abandono de crianças por parte dos pais. No concernente à nossa amostra, tomando por base os dados referidos nas notícias, a maioria dos factos ocorreram com meninas (53,6%); relativamente à idade, em 8 das notícias não encontramos referência à mesma, registando-se nas restantes situações um predomínio da faixa etária dos 11 aos 15 anos (32,1%), seguida da faixa etária dos 16 aos 18 anos (17,9%); quanto ao local de residência, na maioria dos casos (64,3%) nada nos é dito, podendo-se, no entanto, sinalizar uma predominância do meio urbano (25%) sobre o rural (10,7%) e das ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago (com uma representatividade de 25% cada) sobre as restantes; por fim sinalizar que nas notícias não é feita qualquer menção à classe social e somente em 7,1% das situações é identificado o tipo de família (monoparental).

4 – RESULTADOS²¹

4.1 – As Crianças e os riscos representados nas notícias

Quanto ao **perfil das crianças** representadas nas notícias, indiciando uma maior fragilidade do **género** feminino, a maioria dos factos ocorreram com meninas (Ni=15)²². Relativamente à **idade**, em 8 das notícias não encontramos referência à mesma, registando-se nas restantes situações um predomínio da faixa etária dos 11 aos 15 anos (Ni=9), seguida da faixa etária dos 16 aos 18 anos (Ni=5). Quanto ao local de **residência**, na maioria dos casos (NI=18) nada nos é dito sobre se as mesmas moravam numa área urbana ou rural. Não se encontrou, igualmente, nenhuma alusão às ilhas de São Nicolau, Boa Vista e Brava, por contraposição às ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago referidas em 7 peças jornalísticas cada. Estes dados poderão, talvez, ser justificados não só pelo facto de nos encontrarmos face às ilhas de maior dimensão, mas, também, por ser aí que se encontrarem sediadas delegações do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA). Nas notícias não é feita qualquer menção à **classe social** e somente em duas situações é identificado o **tipo de família** (monoparental), o que, de certa forma, evita a estigmatização de crianças pertencendo a certas estruturas familiares como é demonstrado em outros estudos como um problema/fragilidade dos media²³.

No respeitante ao **contexto de ocorrência do risco**, os dados obtidos não nos permitem retirar conclusões significativas visto num número considerável de notícias (Ni=13) o mesmo não ter sido explicitado de modo claro. Não serão, no entanto, de descurar os serviços públicos (hospital, escola...) como contextos de risco dada a sua representatividade (Ni=8) no conjunto das notícias analisadas.

Ao tomarmos em consideração a **pessoa causadora do risco**, constata-se uma maior frequência de adultos (Ni=17) por contraposição às crianças (Ni=5)²⁴. Quanto ao adulto causador do risco, o seu vínculo familiar com a criança não se pode ser realçado [mãe

²¹ Como já referido, os resultados que irão ser apresentados tomarão, essencialmente, por base as 28 peças de carácter informativo cujo conteúdo versava sobre crianças em situação de risco social.

²² Se a estes dados acrescentarmos as 5 notícias em que são sinalizados ambos os sexos, a representatividade do sexo feminino ainda aumenta mais.

²³ Isto não invalida a constatação de um procedimento deontologicamente incorreto em 4 notícias onde são mencionados o nome e a morada permitindo, dessa forma, a fácil identificação da criança.

²⁴ Nos casos em que a criança surge como protagonista do risco, este encontrava-se associado a comportamentos delinquentes, designadamente ofensa corporal, furto, consumo de estupefacientes/álcool, desafio à autoridade do professor e destruição de equipamentos, promiscuidade, prostituição, sobretudo, em espaços como a escola e a rua.

(Ni=1), avô (Ni=1), tio (Ni=2)] por comparação com «*outros*» protagonistas (Ni=10), entre os quais se englobam o vizinho (Ni=3), vários homens, namorado e professor²⁵.

A análise das notícias tomando por base a **tipologia das situações de risco** vivenciadas pelas crianças permitiu o retirar de algumas conclusões. Deste modo, ao observarmos a tabela n.º 1 verificamos que o «*abuso sexual*» é o risco com maior representação nas notícias (Ni= 10), seguindo-se «*outros tipos de risco*» (Ni=7), tais como: sequestro, gravidez²⁶, tentativa de agressão sexual, abandono escolar, falta de registo de nascimento, promiscuidade na escola e exploração sexual. Relativamente ao abuso sexual, interessa salientar que o mesmo é, frequentemente, o resultado de violações perpetradas em grupo.

Tabela n.º 1 – Tipo de Riscos Noticiados

	Ni	%
Abuso Sexual	10	35.7
Comportamento delinquente	5	17.9
Negligência	5	17.9
Pobreza e exclusão	1	3.6
Outro	7	25
Total	28	100

Fonte: Elaboração própria.

A recolha de dados realizada não revelou a ocorrência de maus tratos (quer físicos, quer emocionais) que tivessem sido noticiados ao longo do ano de 2014. Relativamente às situações em que a criança foi vítima de negligência (Ni=5), estranhamento não encontramos nenhuma notícia em que a mesma decorresse da ação ou omissão dos pais. Esta ausência pode, em nossa opinião, indiciar uma menor sensibilização dos jornalistas para este problema. Deste modo, os atos de negligência remetem para o mau funcionamento de instituições, nomeadamente o hospital (negligência médica)²⁷ e a escola²⁸.

²⁵ Em quatro notícias não há identificação do causador do risco e em duas situações surgem instituições como protagonistas do risco, designadamente o Hospital e a Câmara Municipal.

²⁶ A gravidez na adolescência encontra-se não só, mas também, associada à violação sexual.

²⁷ Ausência de cuidados neonatais adequados provocam morte de bebé e situações em que práticas médicas inadequadas provocaram cegueira em crianças.

²⁸ Situações de absentismo escolar e expulsão de sala de aula devido a comportamentos abusivos e inadequados dos professores (uso de álcool, comportamento abusivo, etc.); crianças que, devido à falta de transporte escolar em horário apropriado têm de acordar de madrugada para ir à escola (como chegam muito cedo deambulam pelas ruas da cidade até o horário escolar), esta situação pode causar absentismo e

Com uma representatividade similar à tipologia anterior surgiram os comportamentos delinquentes (Ni=5), de entre os quais podemos destacar a ofensa corporal, furto, consumo de estupefaciente, desafio à autoridade do professor e destruição de equipamentos, promiscuidade, prostituição. Ressalva-se que o comportamento delinquente dos jovens, através de grupos de gangs, tem vindo a ter em Cabo Verde, desde há algum tempo, uma expressão em crescendo. A preocupação com esta problemática impulsionou a realização de vários estudos e a realização de vários fóruns de reflexão por parte do atual governo. Daí se poder afirmar que a importância assumida por esta temática na sociedade cabo-verdiana não se espelha nas notícias por nós analisadas.

Estranhámos a ausência de notícias sobre temas que atualmente se encontram na agenda governamental. O trabalho infantil, considerado problema nacional, em que o Estado cabo-verdiano perante a OIT assumiu o compromisso de acabar com as piores formas de trabalho infantil até final de 2015. Não descurando que as crianças menores de 15 anos representam 42,1% da população pobre, consideramos, igualmente, insólito o parco número de notícias (Ni=1) a abordarem a pobreza e exclusão ao longo de 2014. Dado nos encontrarmos face a situações que causam, perpetuam e alimentam a violação dos direitos das crianças, entendemos ser crucial a sua cobertura para que o leitor desenvolva uma compreensão não apenas ao nível da magnitude do fenómeno da criança em risco, mas, também, do papel do Estado no combate aos problemas e das possíveis soluções que estão em debate²⁹.

4.2 Fontes de Informação: A Participação da Sociedade na Construção do Discurso Jornalístico

A análise do gráfico n.º 1 evidencia uma preponderância das «fontes não oficiais» (Ni=29), por comparação às «fontes oficiais» (Ni=18) e à «fonte não identificada» (Ni=4)³⁰. Das «fontes não oficiais», as mais ouvidas foram as famílias das crianças

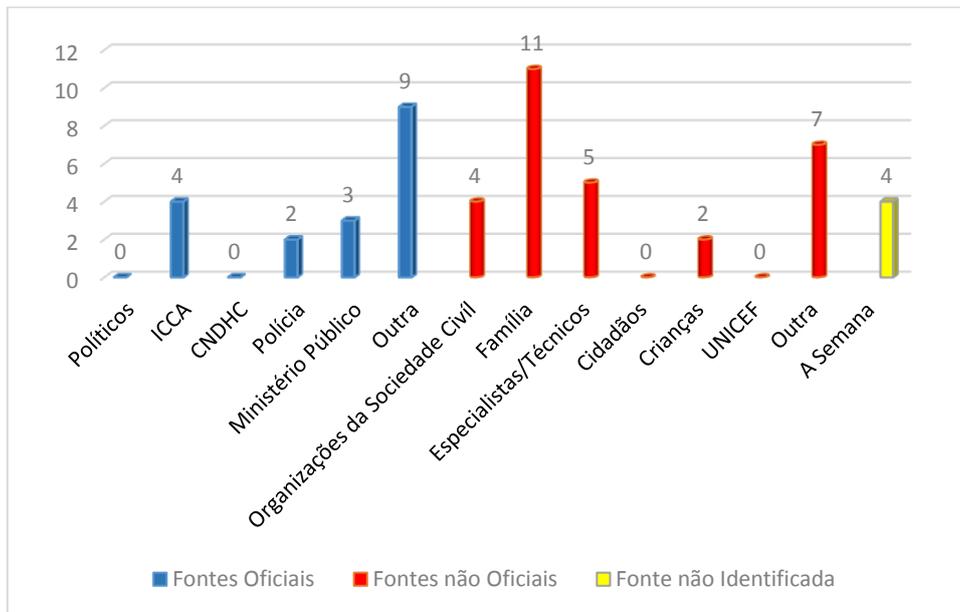
abandono escolar. Em relação á esse último aspeto ressalva-se que, a CNDHC et all (2010) reconhece que a possibilidade dos alunos permanecerem na escola é condicionado pelos fatores sócio demográficos e económicos.

²⁹ No âmbito do contexto cabo-verdiano defendemos a necessidade e urgência de investir numa cobertura de qualidade e contextualizada na área da criança, que conduza à mudança de políticas sociais e garantia dos seus direitos sociais. Como aspeto positivo sinalizamos o formato das notícias «*Ponto de Vista*» onde, através da participação de diferentes pessoas e profissionais, várias problemáticas que afetam as crianças (delinquência juvenil, abuso sexual, sexo e bullying nas escolas) foram discutidas. Permitindo, deste modo, a inclusão dessas problemáticas no debate público e o aprofundar da consciência social dos problemas que afetam as crianças cabo-verdianas.

³⁰ Mencionada nas notícias como «*fonte A Semana*».

vítimas (Ni=11); das «fontes oficiais» os jornalistas recorreram mais a vários organismos englobados na categoria «outra» (Ni=9): Direção Escolar, Câmara Municipal, Conservatória dos Registos Notariados, entre outros, seguida do ICCA (Ni=4).

Gráfico n.º 1 – Classificação das Fontes de Informação Ouvidas



Fonte: Elaboração própria.

Como aspeto menos positivo gostaríamos de referir o facto de as crianças somente surgirem como fonte de informação em duas notícias, podendo-se, por isso, afirmar que, de um modo genérico, a não audição da sua voz se consubstancia como um impedimento à expressão do seu ponto de vista.

Os dados recolhidos permitem a conclusão da pouca variedade de atores sociais com acesso ao espaço mediático. Por um lado, ressalva-se que, em relação ao relato de conteúdo dos atos públicos do processo judicial, o ECA reconhece que quando solicitado e sem prejuízo aos direitos da criança, «o juiz do processo informa os meios de comunicação social sobre os factos, decisão e circunstâncias necessárias para a sua correta compreensão» (art.º 115º, alínea 3: 48-49). Esta possibilidade pode ser melhor explorada pelos jornalistas, no sentido de apresentarem conteúdos mais contextualizados, até porque costumam fazer seguimento de casos noticiados (Ni=4), por exemplo o abuso sexual. E, por outro lado, por vezes, os atores sociais não

respondem às tentativas do *A Semana* em opinarem sobre um facto³¹. Esta «*indisponibilidade*» das fontes de informação prejudica, como é lógico, o avançar do debate público.

Considerado que a existência de maior número de fontes tenderá a traduzir um confronto de opinião e de conhecimento da situação noticiada. No estudo desenvolvido, somente numa notícia se recorreu a «*mais de cinco fontes*» e em 14 notícias foram ouvidas «*duas a cinco fontes*»; nas restantes constatou-se o não recurso à mesma (Ni=5) ou, no máximo, a utilização de «*uma fonte*» (Ni=8). A análise qualitativa permitiu reforçar a conclusão de, na maioria das vezes, os jornalistas não terem buscado o mais adequado esclarecimento ou aprofundamento da informação por parte das fontes (apesar de surgirem 24 notícias com «*opinião explícita*»). Predomina nas peças a «*exposição de factos*» (Ni=24) e a ausência de uma contextualização (Ni=23), ou seja, habitualmente os jornalistas «usam citações somente dos diretamente envolvidos [...], sem procurar a opinião de pessoas consideradas especialistas na área ou posições diversificadas» (Rogério Santos apud Lídia Marôpo, 2009: 146)³².

Resumindo, a análise do discurso dos jornalistas e das fontes não patenteia uma preocupação significativa com o agendamento e enquadramento das problemáticas que afetam as crianças, verificando-se a pouca representatividade de algumas temáticas atuais, não refletindo, por isso, o reconhecimento dessas situações como um problema social. Quer dizer, em muitas situações, há um tratamento privado e individual dos problemas que afetam as crianças: «*os casos apresentados não ampliam o foco individual para alcançar um tratamento mais coletivo das questões e problemas abordados do ponto de vista das crianças como um grupo social*» (Lídia Marôpo et al, 2011: 152). Como já referimos, para ampliar a perceção e análise dos problemas é

³¹ Revelador desta situação são, por exemplo, as seguintes notícias: «as várias tentativas da nossa reportagem para ouvir [...] acerca desse assunto revelaram-se infrutífero» (Semanário N.º 1129, 31 de Janeiro) ou ainda «[...] estava indisponível para falar com a nossa reportagem até ao fecho desta edição» (Semanário N.º 1133, 28 de Fevereiro).

³² Para dar somente dois exemplos, na notícia: (i) «*pais das vítimas de tentativa de violação em Santa Catarina do Fogo exigem justiça*» (jornal n.º 1145, 23 de Maio) podia-se apresentar a estatística de casos de abuso sexual a decorrerem na justiça. Ao falar-se apenas do caso em específico personalizou-se um problema que poderá estar a afetar várias crianças; (ii) «*arguidos no caso de violação de menor no Paul ainda impunes*» (jornal n.º 1126, 01 de Janeiro): trata-se do seguimento de um caso de abuso sexual ocorrido em 2012 e, passado quase 2 anos, um a fonte do *Ministério Público* afirmou que «*o processo está em fase de instrução para se juntar todas as provas possíveis*», enquanto o delegado do *ICCA* referiu que a criança institucionalizada no Centro de Acolhimento do *ICCA* «*só pode voltar para a casa quando tudo estiver concluído*». Neste caso, as fontes podiam apresentar informações mais esclarecedoras sobre a situação, por exemplo: o *Ministério Público* podia explicar o que tem feito em relação a este caso e aos demais, de forma a mostrar ao público as possíveis soluções/conclusões das demandas recebidas; por sua vez, o *ICCA* podia apresentar as medidas tomadas e ações realizadas para a proteção da criança, partilhando como a criança se encontra passado esses dois anos.

necessário pluralizar e diversificar pontos de vista (vozes e fontes de informação), pois, só desta forma, será possível garantir a qualidade e a credibilidade da produção jornalística (Josenildo Guerra, 2004: 2).

4.3 – Discurso jornalístico sobre crianças em risco social

Como já referimos, na maioria das notícias (NI=23) não há uma preocupação com a contextualização. A multiplicidade das problemáticas que afetam as crianças não foram enquadradas de modo aprofundado nas peças jornalísticas analisadas.

Como exemplo, na notícia «*menor da à luz e não tem onde morar*» (jornal n.º 1158, 17 de Outubro), apesar de ser destacado o facto da criança vítima de abuso sexual ter tido bebé e não ter onde morar, não são apresentadas as políticas sociais existentes como respostas a estas situações. É referido que a criança já tentou o suicídio várias vezes, é órfã de pai, e a mãe sofre de perturbações mentais, portanto não tem suporte familiar. Quando solicitado a pronunciar-se o ICCA promete – «*para mais tarde um pronunciamento sobre o mesmo*» e «*inteirar-se da situação antes de falar sobre o assunto*». Contudo, o ICCA, quando questionado porque não reivindicou a guarda da criança, justificou que «*havia muitas coisas em jogo*». No nosso ponto de vista, o ICCA quando abordado por este semanário deveria estar já inteirado da situação, pois há sete dias que a criança tinha tido o bebé. E, por outro lado, pela sua resposta quanto à não reivindicação da guarda da criança é possível perceber que tem conhecimento do caso, mas «*não se quer pronunciar sobre o assunto*». Pode-se, igualmente, deduzir que uma criança – numa situação idêntica – ao ler esta notícia poderá ficar com a percepção, tal como nós ficamos, que não terá a proteção que necessita.

Contrariamente às recomendações da ANDI, o anteriormente referido revela, no fundo, um não acompanhamento dos casos por parte do semanário *A Semana*. Segundo a agência, o acompanhamento dos casos constitui-se como um dos elementos essenciais para a construção de uma boa matéria. Assim, espera-se que o jornalista monitorize o desdobramento da sua reportagem, visto, o mesmo não só ser «importante para que o público conheça os resultados gerados pelas notícias», mas, também, «uma forma de cobrar medidas das autoridades responsáveis».

Enquadrar as questões na perspetiva dos direitos das crianças é crucial na contribuição para à proteção, promoção e garantia dos mesmos. Dos dados recolhidos, positivamente,

realça-se o cuidado na preservação da identidade da criança (Ni=24)³³. Como aspetos a rever, indicamos: (i) o uso frequente de termos inadequados, tais como prostituição infantil (Ni=11)³⁴; (ii) a pouca expressividade do ponto de vistas das crianças; (iii) a pouca divulgação da CDC; (iv) a parca monitorização e questionamento das políticas públicas. Em suma, os dados evidenciam uma escassez de enquadramento numa perspetiva dos direitos, monitorização de políticas públicas para a infância, responsabilização dos governos, debate diversificado sobre causas e soluções para os problemas denunciados, menção à CDC e leis nacionais (Lídia Marôpo, 2011-a). Perante esta realidade, urge a introdução da «*linguagem dos direitos*» no discurso jornalístico cabo-verdiano, de forma a se defender os interesses das crianças e enquadrar as problemáticas que as afetam como problemas públicos, dignos de atenção social e política, e não meramente como factos e denúncias.

Outra dimensão por nós indagada, foi a de perceber qual o contributo dos diferentes formatos jornalísticos para a inclusão das temáticas relativas às crianças no debate público. Neste sentido, constatámos que o espaço do jornal que ao longo do ano de 2014 maior número de notícias produziu conexas com as problemáticas que afetam as crianças foi o informativo (Ni=28). Quanto à rúbrica «*Ponto de vista*», realçando o tema da violência de/para crianças, na mesma foram elaboradas 7 notícias; somente 4 peças foram desenvolvidas tomando por base o género jornalístico «*Reportagem*»; nenhuma das situações de risco experienciada pelas crianças foi desenvolvida ou complementada sob o formato de «*Entrevista*»; das 28 notícias analisadas somente 10,7% mereceram destaque na primeira página, abordando as seguintes temáticas: sexo na escola, negligência médica e sequestro de criança. Deste modo, poder-se-á concluir que não é usual as temáticas relativas às crianças ocuparem os espaços mais nobres dedicados à investigação, opinião e ao debate (Reportagem, Entrevista, Artigos de Opinião), espaços esses, abertos ao desenvolvimento de pontos de vista mais sólidos sobre as causas, consequências e soluções e, por consequência, à contextualização mais adequada das mesmas.

³³ Não obstante o mesmo ser violado em 4 notícias.

³⁴ O conceito de prostituição infantil «significa, nas entrelinhas, que meninos e meninas aceitam se relacionar sexualmente em troca de dinheiro de forma espontânea, porque querem – ou pior, porque gostam, porque não têm vergonha. Assim, prostituição infantil carrega vários preconceitos em relação a crianças e adolescente. Independentemente das opiniões que o termo suscita, prostituição é uma atividade praticada por mulheres adultas, que sabem o que estão fazendo e têm melhores condições de se defender» (AAVV, 2013: 39). Neste sentido, a expressão correta a usar é exploração infantil que significa que as crianças não têm condição de se defender.

5. CONCLUSÃO

Procurando uma síntese das exegeses desenvolvidas, parece-nos ser plausível afirmar que a imprensa cabo-verdiana ainda encara a pobreza e a exclusão social das crianças como um problema social menor. Apesar de condicionarem de modo explícito o desenvolvimento integral das crianças, tardam a tornar-se visíveis por via da cobertura jornalística e, por consequência, a emergirem de modo consistente no debate público. Assim, é fundamental o alargamento da pauta informativa e de opinião, sobretudo, inserindo estes temas na esfera económica e política (enquanto “raízes” dos vários problemas das crianças). Defendemos, igualmente, a necessidade dos temas passarem a ser trabalhados em espaços mais nobres, tais como a Reportagem (carácter investigativo e/ou contextualizado) e a Entrevista (envolvendo diferentes os atores sociais de modo a aprofundar os vários pontos de vista).

Em relação ao discurso jornalístico, este revela, por um lado, um tratamento pontual e singular das problemáticas que afetam as crianças, não sendo as mesmas apreendidas verdadeiramente enquanto sujeitos de direito e, por outro, a inexistência de um equilíbrio entre (i) a revelação, a denúncia e (ii) a exposição e contextualização da matéria. Esta escassez no agendamento e enquadramento dos riscos sociais que afetam as crianças cabo-verdianas pode indiciar uma falha do contributo da imprensa para a promoção de um debate no sentido de um melhor enfrentamento dos problemas.

Não obstante o recurso a fontes diversificadas, as informações plasmadas não evidenciam pontos de vista que ampliem a perceção e análise dos problemas. Por outro lado, as fontes de informação, sobretudo as oficiais, podem reestruturar o seu discurso, no sentido de uma melhor perceção da sua ação, i.e., fornecendo dados concretos dos factos, descrevendo de modo mais claro as ações planeadas/realizadas em resposta às problemáticas com que lidam quotidianamente, etc. De igual modo, quando a pauta é questão social da infância, seria determinante a presença de instituições especializadas na temática, de modo a promover e amplificar o debate sob o ponto de vista dos direitos das crianças.

Em alternativa à «*mera exposição e denúncia de factos*», advogamos para a imprensa cabo-verdiana o grande desafio de promover novos enquadramentos noticiosos sobre as situações das crianças em risco social enquanto problemas sociais que requerem a busca de soluções através de políticas públicas que protejam e promovam os seus direitos.

Destarte, um passo inicial indispensável ao aprofundamento do debate mediático/público sobre as problemáticas que afetam as crianças, terá de passar necessariamente não só por uma maior capacitação dos jornalistas em direitos das crianças, mas, também, por melhores padrões de conduta ética que pressuponham o desenvolvimento de um trabalho comprometido com as premissas da CDC.

Concluindo, gostaríamos então, de realçar duas ideias-chave a serem retiradas do estudo realizado:

- a) a cobertura mediática do risco social é vital para o despertar da preocupação pública relativa às crianças, para a manutenção deste tema na agenda política e para a responsabilização dos serviços de proteção à criança;
- b) não é possível falar em cobertura adequada das várias expressões da questão social que afetam as crianças, sem olhar atenta e consistentemente para as suas características específicas, os seus direitos e as demandas por políticas públicas.

Deste modo, defendemos que a transposição para o debate público de uma cobertura contextualizada e esclarecedora das problemáticas que afetam as crianças exige da imprensa (i) análises sobre a globalização e os seus impactos na vida das crianças; (ii) o acompanhamento e avaliação do impacto das medidas governamentais direcionadas para a promoção e defesa das crianças cabo-verdianas.

5.1 Sugestões para futuros estudos

Por último gostaríamos de deixar duas sugestões para futuros estudos. Visando um melhor conhecimento das configurações da cobertura noticiosa relativa às crianças cabo-verdianas, pensamos ser da maior importância, por um lado, estender o *corpus* de análise não só a outros jornais, mas, também, à televisão por forma a aprofundar e problematizar o modo como os media cabo-verdianos têm vindo a contribuir para a construção pública dos discursos e das imagens mediáticas das crianças neste país. Por outro lado, englobar na análise os membros da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) com o fito de perceber, a partir do conhecimento por eles detido relativamente às recomendações da FIJ quanto às questões éticas/deontológicas a considerar no enquadramento de temas envolvendo crianças, como os jornalistas conseguem gerir as tensões subjacentes à necessidade de conciliar o direito à privacidade das crianças com o exercício da liberdade de informação, ou seja, publicitar

as situações que colocam em causa o bem-estar das crianças sem, com isso, violar os seus direitos.

REFERÊNCIAS

- AAVV (2013). Muito Além do Preciosismo Verbal. In ALMEIDA, Jaqueline (org.) *Jornalismo e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*. Belém, EMAÚS, 38-42.
- ANDI (2005). *A Criança e o Adolescente no Olhar da Imprensa Brasileira*. Relatório Infância na Mídia, Ano 10, n. 14, Brasília, ANDI.
- Anjos, J. C. G. dos & Rodrigues, F. (2009). *A Vulnerabilidade das Crianças e Adolescentes em Cabo Verde*. Praia, ICCA.
- Bordonaro, L. & Lima, R. (2011). A Gestão das Crianças em Situação de Rua e o Surgimento do Estado Serviço Social em Cabo Verde. In Verônica R. Müller (org.). *Crianças dos Países de Língua Portuguesa: Histórias, Culturas e Direitos*. Maringá, UFRGS, Eduem, 111-138.
- Canela, G. (2007). Cobrindo Políticas Públicas Sociais: a Importância Conferida à Agenda da Infância e da adolescência. In *Media & Jornalismo*, Lisboa, CIMJ n. 11, 29-50.
- Canela, G. (2009). Os Direitos Humanos na Pauta Jornalística: Caminhos para Uma Cobertura de Qualidade. In PONTE, Cristina (org.) *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa, Livros Horizonte, 227-244.
- Carvalho, J. (2007). Da Nação à Região: As Eleições Legislativas na Imprensa Regional. In *Estudos em Comunicação* n.º 2, 217-237. In URL: <http://www.ec.ubi.pt/ec/02/pdf/Carvalho-A-eleicao-do-centro.pdf>.
- Carvalho, M. & Ferreira, L. (2009). Crianças em Risco Social nas Notícias. In Ponte, Cristina (org.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa, Livros Horizonte, 59-76.
- Casas, F. (1998). Modelos Familiares y Desarrollo Infantil. In *Jornadas Sobre la Infancia en la Familia y los Sistemas de Protección Social*. Madrid, UNAF.
- Casas, F. (2010). Representaciones Sociales que Influyen en las Políticas Sociales de Infancia y Adolescencia en Europa. In *Revista Interuniversitaria de Pedagogía Social*, Sevilla, Sociedad Iberoamericana de Pedagogía Social. n.º 17, 15-28.
- CNDHC (2010). *I Relatório Nacional de Direitos Humanos*. Praia, CNDHC, PNUD.
- Guerra, J. (2004). *Fontes de Informação na Cobertura dos Temas Ligadas à Infância e Adolescência*. In XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre, Intercom.
- Lança, I. (2000). A Construção dos Problemas Públicos: Elementos para uma Análise Caso Timor. In *Antropológicas*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, n.º 4, 113-130.
- Mariano, C. (2014). Discursos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente: Uma Análise da “Coluna Criança” da Folha de S. Paulo. In *II Simpósio Luso-Brasileiro em Estudos da Criança, Pesquisa com Crianças: Desafios Éticos e Metodológicos*. Porto Alegre, Universidade Federal

do Rio Grande do Sul. URL:

http://www.estudosdacrianca.com.br/resources/anais/1/1407069276_ARQUIVO_colunacriancasimposiolusobrasileiro.pdf.

Martins, P. (2011) Os Riscos para Crianças e Jovens na Mídia Portuguesa: Tipos e Contextos. In *Escola que Protege no Paraná*. Curitiba, Universidade Federal de Paraná, 85-96.

Mastella, V. & Pereira, D. (2013). *Popularização da Ciência na Mídia Impressa. As Vozes que Constroem o Discurso de Combate ao Câncer na revista Veja*. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Santa Cruz do Sul, Intercom.

Marôpo, L. (2009). Fontes de Informação e Direitos da Infância na Cobertura Jornalística Portuguesa. In PONTE, Cristina (org.). *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte, 143-160.

Marôpo, L. (2011-a). Jornalistas e Fontes de Informação: Constrangimentos e Oportunidades para o Agendamento dos Direitos das Crianças em Portugal e no Brasil. In *Estudos em Comunicação*, Lisboa, CIMJ, Porto, n. 9, 81-102.

Marôpo, L. & Jorge, A. (2011). Jornalismo e Direitos Infantis no Brasil e em Portugal: Privacidade, Estigmatização e Participação de Crianças e Adolescentes nos Jornais O Globo e Público. In *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 8, n. 2., 471-488.

Marôpo, L. (2011-c). Nascer para ser famoso? Os Filhos de Celebidades e seus Direitos na Mídia. In *Revista Comunicação Midiática*, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, V. 6, n.º.1., 134-155.

Mcintyre, P. (2002). *Child Rights and the Media. Putting Children in the Right: Guidelines for Journalists and Media Professionals*. Bruxelas, FIJ. In URL:

http://www.unicef.org/magic/resources/childrights_and_media_coverage.pdf

Ponte, Cristina (2005). Comunicação e Infância: O Papel da Imprensa na Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes. In *Crianças em Notícia: A Construção da Infância pelo Discurso Jornalístico (1970-2000)*. Lisboa, ICS.

Ponte, C. (2006). A Pesquisa em Jornalismo e as Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes. In *Contracampo* n. 15. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 7-22.

Ponte, C. & Afonso, B. (2009). Crianças e Jovens em Notícia – Análise da cobertura jornalística em 2005. In PONTE, Cristina (org.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa, Livros Horizonte, 29-44.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação*. Porto, Universidade Fernando Pessoa.

UNICEF (2011). *Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde*. Cabo Verde, UNICEF/ICCA.

Wolf, M. (1985). *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Presença.

How to cite this article:

Menezes, M. & Amílcar, A. (2016). Crianças em Risco Social nas Notícias: O olhar da imprensa cabo-verdiana. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*. 6 (4), 5-28. Available at <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/ijmcmn>